



Anais da Assembléia

Nº 30

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1984

(QUINTA-FEIRA)

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o encaminhamento de moção de repúdio aos dez Parlamentares paranaenses que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira ou se ausentaram da Plenária do Congresso Nacional, nos termos que apresenta.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Senhor Deputado:

A atitude de Vossa Excelência, na histórica votação da Emenda Dante de Oliveira, contribuindo para a rejeição das eleições diretas para a próxima sucessão presidencial merece o repúdio de todo o povo paranaense.

Vossa Excelência tornou-se um dos responsáveis diretos pelo abismo que hoje separa a Nação do Congresso Nacional, pois não soube representar o anseio de milhões de brasileiros e paranaenses que se manifestaram inquestionavelmente pelas "Diretas, já".

Na verdade o nobre Deputado ao manter esta posição servil, de conivência e covardia às ameaças autoritárias de um Poder Executivo decrépito fez uma opção. A opção e manter ao lado de um pequeno grupo encastelado no Palácio do Planalto, em detrimento de 130 milhões de brasileiros. Preferiu a continuidade deste Colégio Eleitoral ilegítimo, espúrio e sem autorização de nosso povo para ser o fórum de escolha do mandatário máximo da Nação. Fez a opção da continuidade deste regime de fome, desemprego, corrupção, recessão e entreguismo desenfreado de nossas riquezas e de nosso trabalho às multinacionais.

Ao assumir esta posição faltou-lhe respeito com o sentimento e o desejo popular. Faltou-lhe firmeza, altivez e o senso democrático que mandato parlamentar requer.

Mas, saiba Senhor Deputado, esta não foi a batalha final. Foi apenas um episódio de uma luta que se prolongará até a vitória.

O povo vencerá, a respeito da posição assumida por Vossa Excelência, pois a causa é justa. E a história é implacável quando o povo assume consciente e organizadamente uma causa justa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações para com o jornalista JORGE KUDRI, o qual se agraciado com o prêmio "PINHÃO DE OURO" outorgado pela Câmara Municipal de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados em prol do esporte amador em nosso Estado, principalmente à frente da Federação Paranaense de Futebol de Salão.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de congratula-

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nadi, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antonio Belinati. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução nº 99/84, que determina a sustação da Denúncia-crime nº 3/84, em que é indiciado o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO, na forma regimental, preferência na discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 01/84, constante da Ordem do Dia de hoje, assim como o Projeto de Lei nº 01/84.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa da Redação Final do Projeto de Lei nº 01/84.

lações ao Dr. Roberto Aroso Cardoso, pela homenagem que lhe foi prestada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ao lhe conceder o título de "Cidadão Honorário" daquele Estado que lhe será entregue em solenidade a ser realizada no próximo dia 2 de maio, no Salão Nobre do Palácio Tiradentes.

O homenageado, natural da cidade do Rio de Janeiro, exerceu em ligação com o nosso Estado, importante cargo no Departamento de Longa Distância da Telepar, onde ocupou, ainda posições de Assistente da Diretoria Técnica e Diretor Técnico.

Ainda no ramo das telecomunicações, ocupou a Diretoria Técnica da TELPA, do Estado da Paraíba e da TELEMATE, do Estado do Mato Grosso.

Ocupando atualmente o cargo de Diretor de Informática do Instituto do Açúcar e do Alcool, no Rio de Janeiro, poucas pessoas podem, como ele, se orgulhar dos bons serviços prestados, sempre com rara eficiência, a quatro Estados brasileiros e ao País.

Nestas condições, julgamos bastante oportuno o voto de congratulações que ora propomos, e solicitamos que, do mesmo seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a realização de estudos devidos, visando imediatamente, o retorno do Município de Fênix a pertencer ao 6º Núcleo Regional de Ensino sediado no Município de Campo Mourão, deixando de pertencer ao Núcleo do Município de Ivaiporã.

Causaram grande estranheza as medidas implantadas por essa Secretaria de Estado da Educação, quanto aos municípios e o seu enquadramento nos núcleos regionais, cujos acontecimentos motivaram a geração de vários protestos por parte de lideranças políticas e comunitárias, especialmente os que integram o meio educacional. A Excelentíssima Senhora Joaquina de Souza Lopes, Vereadora e Presidente do Legislativo do Município de Fênix, sobre tais aspectos acima citados, solicita com máxima urgência, o retorno do Município de Fênix sobre a responsabilidade do 6º Núcleo com sede em Campo Mourão, como anteriormente existia. Pois segundo a nobre Vereadora, que além de exercer função naquela Edilidade, é também professora, tal mudança não atende aos interesses da educação daquele município, uma vez que além de Ivaiporã não pertencer a microrregião (doze), (à qual pertence a Fênix) não está com o referido núcleo estruturado, provocando um até mesmo um certo isolamento no que se refere a uma assistência condizente.

Neste sentido, aguarda-se dessa Pasta um posicionamento que permita a concretização do que ora é exposto atendendo não apenas ao interesse manifestado por aquela Vereadora, mas de toda a coletividade da cidade de Fênix.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Deputado Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que Sua Excelência se digne determinar ao Departamento competente o asfaltamento da estrada que liga a BR-277 à sede do Município de São João do Triunfo a fim de atender antiga aspiração dos moradores daquele município.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Deputado Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que Sua Excelência se digne determinar ao departamento competente o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de São José do Triunfo a São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao DR. CLORALDINO SEVERO, digníssimo Ministro de Estado dos Transportes; ao CEL. CARLOS ALOYSIO WEBER, mui digno Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A; e ao Eng.º PAULO MUNHOZ DA ROCHA, mui digno Superintendente Regional no Paraná da Rede Ferroviária Federal S/A, solicitando a construção de um ramal ferroviário da "Estrada de Ferro Central do Paraná", ligando a cidade de Mauá ao Município de Ivaiporã, polo da Região Central do Paraná, numa distância aproximada de 90 quilômetros.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A região Central do Paraná, polarizada pelo Município de Ivaiporã, localiza uma rica produção agrícola, escoada pelo transporte rodoviário. Porém, não se acha servida por rede ferroviária de transporte, o que propicia encarecimento para toda a sua produção.

A construção de ramal ferroviário interligando o referido Município à Estrada de Ferro Central do Paraná, em Mauá, causará um grande desenvolvimento econômico e social em Municípios como o de Faxinal e Jardim Alegre, além do já citado. Servida por ferrovia, a região atrairá investimento dos grupos industriais. A grande produção agrícola justifica, por si só, esse pedido.

Essa reivindicação corresponde aos anseios daquela população e de suas municipalidades, objetivando o desenvolvimento da região e transporte mais barato, fatores que justificam nossa solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário que se envie expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Educação e a Excelentíssima Senhor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando urgentes providências no sentido de ser regularizada a distribuição da merenda escolar na Microrregião da COMCAM.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos que a merenda escolar hoje faz parte da alimentação de milhares de crianças; as quais deixam seu lar não mais para puramente estudar, mas sim para receber na escola a alimentação escolar, e o atraso na distribuição da merenda escolar verificado no presente exercício está trazendo sérias dificuldades à escola e à família da microrregião em tela.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Instituto de Previdência do Estado, através da Secretaria de Administração, no sentido de que aquele órgão forneça para conhecimento desta Casa, algumas informações a respeito de suas fontes de recursos, aplicações e programação de investimentos, mais especificamente sobre:

- Quanto o IPE percebe (ou deveria perceber) do Governo do Estado (percentual e valor mensal), no que se refere à participação do mesmo como empregador?

- Caso haja atraso da participação do Governo do Estado na contrapartida do recolhimento efetuado pelo servidor, qual é o montante resultante deste atraso, e desde quando ele ocorre?

- Das fontes de receita do Instituto, decorrentes do percentual descontado do servidor, e do percentual devido ao Governo do Estado, quanto é utilizado para a Previdência, quanto é utilizado para Assistência Médica e quanto para a Administração?

- Os empréstimos feitos a funcionários, através do Departamento de Aplicação de Capitais, são como recursos da previdência social?

- Como são administrados os recursos da previdência? Existe uma reserva técnica com saldo que permita a tranquilidade dos contribuintes?

São pagas despesas de qualquer ordem, com recursos que deveriam ser específicos para os pagamentos previdenciários?

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do IPE, solicitando a instalação de agência do mesmo no Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O grande número de funcionários públicos lotados em Roncador, Iretama, Nova Cantu, por si só, já justificaria a presente pretensão, mas acresça-se a isso, o grande desenvolvimento da região que coloca a mesma em lugar de destaque em todo o Paraná daí a necessidade do requerimento ora formulado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes CLORALDINO SOARES SEVERO, sugerindo estudos no sentido de ligar as cidades de Mauá - Ivaiporã, com um Ramal de Estrada de Ferro da Central do Paraná.

Considerando que, a vizinha cidade de Mauá há vários anos, já possui uma linha férrea propiciando o transporte mais barato;

Considerando que, os grupos industriais dão preferência às localidades servidas, por estradas de ferro, para investirem;

Considerando que, Ivaiporã, por si só, tem condições econômicas ideais para reivindicar um ramal da estrada de ferro Central do Paraná, por ser o município maior produtor de milho do Estado do Paraná e até do Brasil;

Considerando que, no setor industrial esses municípios não atrairão indústrias de porte elevado, pela falta dessa estrada.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo o reaparelhamento da 2ª Companhia do Batalhão da Polícia Militar sediada na Municipalidade de Goioerê, tais como:

- Uma viatura devidamente equipada;
- Maior quantidade de armamento e munição;
- Maior contingente policial;

De iniciativa do Senhor Ary Valdo de Souza, Diretor do conceituado jornal "Tribuna da Região" de Goioerê, este afirma que é bastante crítica a situação em termos de segurança, onde aquele Batalhão tem encontrado diversas dificuldades para garantir a moralidade pública naquela cidade, bem como em toda a região de abrangência.

Portanto, é imperativo que essa Secretaria de Estado da Segurança avalie a possibilidade de atender ao que ora é exposto, não apenas de interesse daquele órgão de comunicação, através do seu Diretor, e sim do conjunto da sociedade de Goioerê, e daquela expressiva região.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ CALIL RICHÁ, Digníssimo Governador do Paraná, sugerindo estudos no sentido de ligar as cidades de Mauá - Ivaiporã com um ramal de Estrada de Ferro da Central do Paraná.

Considerando que, a vizinha cidade de Mauá há, vários anos, já possui uma linha férrea propiciando o transporte mais barato.

Considerando que, os grupos industriais dão preferência às localidades servidas, por estrada de ferro, para investirem;

Considerando que, Ivaiporã, por si só, tem condições econômicas ideais para reivindicar um ramal da Estrada de Ferro Central do Paraná, por ser o município maior produtor de milho do Estado e até do Brasil;

Considerando que, no setor industrial esses municípios não atrairão indústrias de porte elevado, pela falta desta estrada.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à COHAPAR, através da Secretaria de Estado do Interior, em função de necessidade de esclarecimentos a respeito da Mensagem n.º 90/84, que encaminha o anteprojeto de lei do Excelentíssimo Senhor Governador de Estado, visando a autorização de crédito adicional no valor de 29 bilhões de cruzeiros, para que seja este Legislativo informado a respeito do seguinte, no que se refere à aplicação dos um milhão e oitocentos milhões de cruzeiros, por aquela Companhia:

- Por que só municípios administrados pelo PMDB serão beneficiados? Quais os critérios de seleção de cidades?

- Por que não se procuram recursos junto ao BNH ou Caixa Econômica para atendimento de mais de cinquenta e setenta e nove famílias?

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao I.A.M., através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, em função de necessidade de esclarecimento a respeito da Mensagem n.º 90/84, que encaminha o anteprojeto de lei do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, visando a autorização de crédito adicional no valor de 29 bilhões de cruzeiros, no sentido de que seja este Legislativo informado a respeito dos seguintes dados relativos ao referido Instituto.

- Quanto a renovação e ou ampliação de convênios com duzentos e cinquenta e oito unidades sociais particulares.

1- Que municípios serão beneficiados?

2- Quanto será destinado para cada um?

- Quanto a implantação de quinze novos convênios.

1- Quais os municípios serão beneficiados?

2- Quanto será destinado para cada município?

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, em função da necessidade de esclarecimento a respeito da Mensagem n.º 90/84, que encaminha o anteprojeto de lei do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, visando a autorização de crédito adicional no valor de 29 bilhões de cruzeiros, no que se refere à utilização dos cinco bilhões e seicentos e sessenta e dois milhões de cruzeiros referentes aos investimentos na área da Fundação, através da indicação de localização exata, e respectivos valores, para construção de cada um dos seguintes itens:

a) Construção e equipamentos de 55 Postos Rurais.

b) Construção e equipamentos de 110 Postos Rurais.

c) Construção de 22 Centros de Saúde.

d) Reforma e reequipamento de 82 laboratórios.

e) Instalação de 15 clínicas odontológicas simplificadas.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Senhora Secretária de Estado da Educação, em função da necessidade de esclarecimento a respeito da mensagem n.º 90/84, que encaminha o anteprojeto de lei do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, visando a autorização de crédito adicional no valor de 29 bilhões de cruzeiros, no que se refere a:

- Dos 15 bilhões de cruzeiros referentes a recursos para manutenção do pessoal da rede municipal de ensino, alocados à rede estadual, quanto será destinado para cada município em cada parcela, em função dos termos de cooperação financeira com prefeitos municipais?

- Quais os critérios utilizados para a distribuição de recursos? Leva-se em conta o número de alunos, de escolas, de professores e a demanda de matrículas?

- Por que não se auxilia também no pagamento de professores da própria rede municipal, quando se sabe que alguns prefeitos arcam com a maioria dos encargos do ensino através da sua rede municipal, utilizando bem pouco a rede estadual, principalmente no que se refere a alunos da 1.ª e 4.ª séries do 1.º grau?

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, em função da necessidade de esclarecimentos a respeito da mensagem n.º 90/84, que encaminha o anteprojeto de lei ao Excelentíssimo Senhor Governador de Estado, visando a autorização de crédito adicional no valor de 29 bilhões de cruzeiros, para que seja este Legislativo informado a respeito dos seguintes dados no que se refere à aplicação do valor global de 3 bilhões de cruzeiros, por aquela Secretaria.

- Quais os valores de cada Delegacia a ser construída nos municípios novos?

- Onde serão construídos os módulos policiais?

E quais seus valores por cidade?

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à PROMOPAR, através da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, em função da necessidade de esclarecimentos a respeito da Mensagem n.º 90/84, que encaminha o anteprojeto de lei do Excelentíssimo Senhor Governador de Estado, visando a autorização de crédito adicional no valor de 29 bilhões de cruzeiros, para que, seja este Legislativo informado a respeito da utilização exata dos um bilhão e cem milhões de cruzeiros, pela PROMOPAR, através do fornecimento dos seguintes dados.

- Indicação de quais as setecentas e vinte e duas entidades sociais e quanto será distribuído para cada uma delas.

- Indicação de quais as quatro unidades regionais.

- Quais os quarenta e nove municípios que receberam apoio técnico.

- Quanto será destinado a cada um.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor - Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, objetivando, fundamentar em estudos devidos, a averiguação da situação geral de todos os prédios escolares existentes pertencentes à rede estadual na Municipalidade de Moreira Salles.

Seguramente, deve constar nos trabalhos dessa Secretaria de Estado da Administração e EMOPAR, vários pedidos, em caráter emergencial, solicitando a realização de reformas gerais nos diversos prédios onde funcionam os estabelecimentos educacionais. Tais situações de algumas edificações, são realmente motivos para deixar o conjunto de professores, funcionários, estudantes e pais, bastantes apreensivos, pois os mesmos apresentam enorme perigo, além de não permitir, em muitos casos, o próprio funcionamento normal de suas atividades.

O Município de Moreira Salles é na verdade, um dos infundáveis exemplos da política adotada nos governos anteriores a nível estadual, no que se refere à construção de prédios públicos, cuja prática sempre foi voltada para beneficiamento geralmente duvidoso, das construtoras ligadas ao favorecimento de obras onde comumente não se cumpria a aplicação de materiais de acordo com a estrutura permitida, preferindo o emprego de materiais de qualidade inferior.

E hoje, é necessário de que se faça uma reavaliação de toda esta conjuntura, no sentido de que sejam determinadas formas de ação que venham assegurar definitivamente a contribuição das melhorias pretendidas.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor - Presidente da SANEPAR - Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando a realização de estudos apropriados visando a construção de um mini-poço artesiano para a localidade de Alto Alegre, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

Trata-se de uma reivindicação do Senhor Prefeito Municipal, José Pochapski, e que encontra o apoio de praticamente toda a comunidade de Alto Alegre, que nos dias de hoje, encontra-se sem um atendimento condizente com seu próprio potencial, no que se diz respeito à distribuição de água potável, que viria a ser solucionado com a implantação de um mini-poço artesiano.

Neste sentido, a solicitação ora mencionada merecerá, sem dúvida alguma, uma avaliação por parte dessa Secretaria de Estado do Interior, bem como da SANEPAR, visando adotar a localidade de Alto Alegre de um atendimento mais condizente com os anseios da população.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo de autoria do ex-Secretário da Indústria e Comércio, Fernando Fontana, sob o título "Barão do Serro Azul - 90 Anos de Sua Morte", publicado na edição do dia 2 de abril do corrente ano, no jornal "Gazeta do Povo", e que se comunique ao autor a transcrição, em face de sua importância histórica.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Projetos de Lei:

~~PROJETO DE LEI Nº 93/84~~

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado em 50 (cinquenta anos completos), o limite de idade para inscrição em concursos para o ingresso no serviço público estadual.

Art. 2º - É vedado a qualquer órgão da administração direta ou indireta do Estado do Paraná, estabelecer limite de idade inferior ao fixado no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Paraná fixa atualmente em 45 anos completos, o limite de idade para a inscrição ao concurso para o ingresso no serviço público.

Esse diploma legal permite, porém, que seja reduzido esse limite máximo, a critério do órgão público que venha a promover o concurso.

Daí porque consideramos oportuna a apresentação do presente plano de lei, uma vez que, ao mesmo tempo que amplia o limite de idade, torna obrigatória a sua manutenção em todos os concursos que doravante sejam promovidos por quaisquer órgãos da administração direta ou indireta de nosso Estado.

Esperamos, pois, contar com o apoio dos ilustres Senhores Deputados para a aprovação do presente projeto.

~~PROJETO DE LEI Nº 94/84~~

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o "DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL LUZ DE CRISTO" - DEPAS, com sede e foro em Curitiba - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, pelos termos de seus estatutos que a este projeto de lei anexamos, presta reais serviços à comunidade, de forma desinteressada, adequando-se aos preceitos legais que regem a espécie. Tem como objetivo manter serviços de assistência, orientação e promoção do ser humano, sem distinção de idade, raça ou credo.

Assim, está a mesma a merecer a guarida legal ora proposta.

~~PROJETO DE LEI Nº 95/84~~

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "Igreja Metodista Central", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de pessoas jurídicas, desta Capital e serve desinteressadamente à coletividade conforme a documentação que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente à matéria de utilidade pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

~~PROJETO DE LEI Nº 96/84~~

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica assegurado ao empregado contratado por órgão público estadual, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), após 5 (cinco) anos de trabalho, o direito à estabilidade prevista pelo art. 135 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

É fato notório que os órgãos públicos estaduais estão contratando empregados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os denominados "Celetistas".

Sendo certo que estão eles prestando serviços ao Estado,

parece-nos ser questão de inegável justiça equipará-los aos funcionários públicos estatutários, no que diz respeito à estabilidade no emprego, depois de 5 (cinco) anos de efetivo trabalho.

Assim, a eventual despedida de tais "Celetistas" ficaria sempre na dependência de decisão em processo administrativo ou de sentença judicial, com a indispensável oportunidade de ampla defesa.

Esperamos, portanto, contar com o apoio dos Ilustres Deputados para a aprovação do presente projeto.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 97/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O parágrafo único do art. 103 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná), passa a vigorar com a seguinte redação.

Parágrafo único. — A readmissão dependerá de prova de capacidade física, mediante inspeção médica, e da existência de vaga, a ser provida pelo critério de merecimento. Tratando-se, porém, de funcionário exonerado a pedido, a readmissão será automática, em cargo idêntico ou semelhante ao ocupado quando da exoneração, desde que: a) - não tenha completado 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; b) - não tenha sofrido punição disciplinar quando do exercício anterior do cargo; c) - conte com mais de 10 anos de serviço público anteriormente prestado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1984

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná, em seu Capítulo XIII, prevê a possibilidade de readmissão de funcionário exonerado ou demitido, na conformidade das normas ali estabelecidas.

Todavia, quer nos parecer que deve haver um tratamento diferenciado para a readmissão de funcionário exonerado a pedido, já que seu afastamento ocorreu por disposição pessoal. O mesmo não acontece com o funcionário demitido, cujo afastamento se deu em decorrência de procedimento administrativo instaurado por superior hierárquico, onde se apurou falta disciplinar por ele cometida.

Assim sendo, o presente plano de lei tem por finalidade estabelecer a readmissão automática para o funcionário exonerado a pedido e que queira retornar ao exercício da função pública, desde que, porém, preencha três requisitos: a) - não tenha completado 55 anos de idade; b) - não tenha sofrido punição disciplinar quando do exercício anterior do cargo; c) - conte com mais de 10 anos de serviço público anteriormente prestado.

Em tal caso, o funcionário será obrigatoriamente readmitido no mesmo cargo anteriormente ocupado ou, se não houver vaga, em cargo semelhante.

Esperamos, pois, contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer). — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Hermas Brandão, inscrito.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Assumo esta tribuna hoje com a satisfação e o dever de cumprimentar o Governo José Richa por mais uma inédita conquista em benefício do povo paranaense. Trata-se da inauguração da Usina de Biogás, em Piraí do Sul, que irá produzir inicialmente gás derivado de esgoto sanitário para cerca de 1400

pessoas daquela comunidade, através de 286 ligações domiciliares. Nesta fase experimental, o sistema de produção e distribuição do gás derivado do esgoto irá substituir o consumo de gás liquefeito de petróleo. Mais tarde, a experiência, já consolidada, será estendida a outras regiões do Estado.

O Município de Piraí do Sul, por suas características peculiares, está sediando, portanto, uma experiência pioneira na América Latina, ou seja, o tratamento de esgotos e de lixo urbano e, simultaneamente, a produção de biogás para distribuição domiciliar, em substituição ao gás de cozinha, derivado do petróleo. O pioneirismo da SANEPAR, nessa experiência, se insere no programa desenvolvido pela empresa voltado para o aproveitamento do gás metano sanitário, objetivando reduzir os custos do serviço de saneamento básico, repassando os benefícios advindos ao consumidor final. A partir desta experiência inédita, Piraí é a única cidade do País a contar com uma fonte alternativa de energia para o abastecimento domiciliar.

Essa usina que o Governador José Richa inaugurou em Piraí do Sul representa o esforço da SANEPAR e da Secretaria do Interior para a consolidação de uma tecnologia destinada a reduzir os custos dos serviços de saneamento básico, tendo sempre como objetivo final o bom atendimento ao usuário. Com esse projeto-piloto, onde a usina biogaseificadora já vinha funcionando com alto grau de eficiência, a diretoria da SANEPAR procura baixar os custos de implantação de obras de esgoto sanitário, através de tecnologia própria e mais barata, permitindo, no futuro, a viabilização desse serviço em outras cidades paranaenses.

Segundo cálculos feitos por técnicos da SANEPAR, a tecnologia aplicada em Piraí do Sul resulta numa economia de aproximadamente 30% em relação à implantação do tratamento de esgoto pelo sistema convencional. E hoje a produção da usina biogaseificadora de Piraí já é de 200 metros cúbicos de biogás por dia, o equivalente a 9,5 botijões de gás liquefeito de petróleo. Sua distribuição aos domicílios passa antes por um processo de lavagem e odorização, e o seu desempenho, na cozinha, é o mesmo do gás de petróleo. É uma conquista, portanto, que além de trazer benefícios diretos ao consumidor, mesmo em caráter experimental, coloca o Paraná numa posição de destaque entre aquelas comunidades que buscam hoje outras fontes de energia.

Outro aspecto importante do projeto é que, em sua concepção final, a usina produzirá cerca de 700 toneladas de sólidos por ano e que representam um adubo orgânico de alta qualidade, sem os inconvenientes provocados pelos fertilizantes químicos em termos ambientais. Essa quantidade é suficiente para adubar cerca de 300 hectares de área agrícola. Em breve, serão feitos, ainda em Piraí do Sul, testes de digestão estática do lixo urbano, no estado em que for coletado. Outra possibilidade também prevista para o projeto de Piraí do Sul é a adição de resíduos agrícolas para serem digeridos tanto junto com o esgoto como com o lixo urbano. E para o aumento da produção do biogás, a SANEPAR poderá ainda desencadear outra experiência: a trituração do lixo orgânico, selecionado nas casas, e sua adição ao esgoto. Explicou o Presidente da SANEPAR, Fabiano Campêlo, que o desenvolvimento dessas pesquisas permitirá os avanços necessários para consolidar a tecnologia nesse campo. Parece-nos que esta experiência da SANEPAR, em Piraí do Sul, seguirá os mesmos passos de outra implantada em Londrina, onde a companhia já está aproveitando o gás produzido a partir da biodigestão do esgoto como combustível para sua frota de veículos, observando-se acentuada economia nos custos de operação da empresa naquela região.

É, portanto, nosso dever louvar esta iniciativa magnífica, estendendo nossos cumprimentos aos seus executores: Deputado Nelson Friedrich, Secretário do Interior, e Fabiano Campêlo, Diretor-Presidente da SANEPAR, bem como ao corpo de técnicos da empresa de saneamento do Estado e a todos aqueles

que, enfim, colaboraram direta ou indiretamente para que essa experiência fosse coroada de êxito.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Inicialmente nós devemos aqui, nos congratular com a notícia que circula a respeito do Tribunal de Contas do Paraná, segundo a qual, na vaga do saudoso e inesquecível Conselheiro José Isfer, o Governador José Richa estaria cogitando nomear Conselheiro do Tribunal de Contas o nobre e digno Deputado Anibal Khury.

Eu acho que é uma notícia que, de certa forma seria um prestigiamento do Governador para com esta Casa de Leis, e em que pese o Deputado Anibal Khury pertencer a partido adversário, é inegavelmente um grande político, uma grande liderança e seria a própria valorização do Poder Legislativo.

E nós vamos torcer para que esta nomeação se concretize, como valorização desta Casa de Leis.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, rejeitada a emenda Dante de Oliveira, onde muita gente fez média política, quando muitos Governadores que eram contrários à eleição direta agora, mas sabendo que estava na moda falar a favor de eleição direta, procuraram fazer grandes alardes, campanhas publicitárias a favor das diretas, mas que no fundo, no fundo esses Governadores não desejavam e não desejam eleição direta agora, pois caso contrário eles teriam que renunciar ao cargo. Rejeitada essa emenda que teve voto favorável de todas as correntes do PMDB, do PT, do PDT, do PDS, e até é curioso que até deputado de proveta do PDS, deputado que se elegeu dependurado em órgãos públicos federais, com mandatos fabricados em repartições públicas federais, esses deputados que não têm nenhum prestígio junto à opinião pública, procuraram aparecer agora como grandes lideranças populares, mas que na verdade são deputados de proveta, que talvez não tivessem nem o direito de assim se comportar em relação ao Governo Federal.

Mas o Sr. Presidente, a televisão mostrou hoje que lamentavelmente a polícia do PMDB, no Brasil, foi a que mais entrou em ação para baixar o cacete no povo. Em Minas Gerais a Televisão mostrou, na hora do almoço, a polícia do PMDB arrancando faixa, batendo e prendendo.

Aqui em Curitiba, na vigília cívica de ontem, tropas policiais foram colocadas em volta do Centro Cívico. E, aliás já está virando rotina no Paraná; quando os desempregados fazem uma manifestação o governo do PMDB coloca a tropa na rua para reprimir a manifestação do desempregado.

O celetista faz uma concentração, uma passeata, vem a Polícia, vem a tropa de choque para impedir o celetista de se dirigir ao Palácio Iguazu. E ontem, curiosamente num Estado onde o Governo é do PMDB, o Centro Cívico de Curitiba foi cercado por tropas da Polícia.

Por que esse medo do povo? E hoje de manhã, em São Paulo, onde igualmente o PMDB é Poder, os carros da polícia chegavam em alta velocidade já com os soldados com os casquetes do lado de fora e iam batendo no povo, com o carro mesmo em alta velocidade.

Nesta hora Sr. Presidente, em que o povo está aí a lamentar a rejeição da emenda Dante de Oliveira, nós queremos deplorar, queremos manifestar a nossa tristeza por esse comportamento deplorável, truculento, violento, anti-democrático, que os governos do PMDB tiveram na rejeição da emenda Dante de Oliveira.

A própria televisão noticiou. Onde os governadores são do PDS não houve nenhum incidente, a polícia não foi chamada, a polícia não teve que bater no povo, não houve agressão. Mas, desgrazadamente em alguns Estados comandados pelo PMDB, a

polícia foi colocada em campo. E não foi por ingerência federal; foi pela vontade daqueles que estão no comando de governos estaduais eleitos pelo PMDB.

A nossa tristeza por esse comportamento tão anti-democrático das polícias dos governos do PMDB.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Terminou a novela global. Os atores medíocres estão em debandada do prosaenário. Novela de um só capítulo, não poderia ter audiência permanente, pois o seu enredo acabou por revelar que tantas apresentações escondiam na realidade, o propósito de preencher o vazio criado pela incompetência para administrar importantes Unidades da Federação - como o Estado do Paraná - daqueles atores que nas eleições de 82 transformaram os palanques das esperanças populares em palcos fáceis para as suas promessas falaciosas. Mas, felizmente, o tempo, em sua marcha inexorável, incumbiu-se de desmascarar esses artistas pícaros.

A mídia publicitária fracassou, apesar do seu custo altíssimo. Os truques do "mass mobilization" foram sendo gradativamente desmascarados. E de repente, o sistema global que estava embainhando a opinião pública, foi contido pela ação de pessoas de bom senso, que desejam conduzir este país a um caminho seguro para que possa atingir o seu futuro grandioso. Um futuro no qual não haverá lugar para medíocres, os incapazes, os safados, os desonestos, os demagogos, traidores das aspirações populares.

Durante vários meses presenciamos o vaivém de governantes que se aproveitaram das concentrações populares para desviar as atenções do povo do fracasso que estão sendo as suas administrações, como ocorre não só no Paraná, mas também em São Paulo. Não restam dúvidas de que esse esquema foi bem utilizado. Esqueceu-se até de que o dinheiro público estava sendo desviado para custear essa campanha. O regime Richa pagou, a peso de ouro, com o dinheiro do povo paranaense, a escandalosa publicidade de seis páginas, seis páginas inteiras, no jornal "O Globo", do Rio de Janeiro, para em grandes espaços dessa publicidade milionária, fazer a campanha do "já-já", regamente paga com o dinheiro que o voraz Sr. Erasmo Garanhão está arrancando do bolso dos contribuintes e das gavetas dos pequenos comerciantes, submetido ao terrorismo fiscal, para que haja mais dinheiro para agripiar a imprensa, o rádio e a televisão. Não satisfeitos em fazer isso no Paraná, Richa e Garanhão partiram agora, à custa dos cofres públicos, para a investida nacional, pagando a escandalosa publicidade de seis páginas inteiras no jornal "O Globo", do Rio de Janeiro. Jamais, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, em toda a história da vida paranaense foi presenciado um escândalo de publicidade governamental nas proporções desse patrocinado por Richa e Garanhão - pelo governo do PMDB.

Esperamos que, encerrada essa novela global, o Governo do PMDB comece a trabalhar. Esperamos, o povo paranaense está ansioso esperando, que esse secretariado, lento e preguiçoso, dê mostras de capacidade, pois o que está a demonstrar é que é incapaz de realizar, de trabalhar, de contribuir para o bem comum. O que ecoa por todo o Paraná é que o governo do PMDB, o Governo Richa, o seu secretariado é incompetente para impulsionar o progresso deste Estado. Não se resolvem os problemas da nossa gente, os problemas do nosso povo, com as mentiras e os autoelogios, com o culto à individualidade (tudo aquilo que o PMDB condenava nesta Assembléia criticava nos palanques eleitorais, nos pronunciamentos de deputados como os de Nilso Sguarezzi e Fiori Luiz, de Roberto Pequeno e Pau-

lo Furiatti, de muitos outros), a condenação dos gastos excessivos com publicidade, essa imoralidade praticada com o dinheiro do povo, é hoje desbragadamente praticada diante da palavra muda para a condenação por parte daqueles que ontem perfilavam junto aos defensores da boa moral administrativa.

Será que o PMDB não tem em seus quadros pessoas com sensibilidade suficiente para compreender que o povo quer ação dos seus governantes, ação construtiva, quer trabalho, quer, reclama, clama e implora pela abertura de novas oportunidades de trabalho? O povo está esperando pelos 100 mil novos empregos anuais prometidos pelo PMDB ao povo paranaense e repetidamente prometidos por Richa e Castor Valverde. Onde estão os primeiros 100 mil novos empregos no Paraná? Onde estão esses 100 mil novos empregos do primeiro ano de regime Richa?

Será que depois que se instalaram no Palácio Iguazu, os peemedebistas esqueceram as suas promessas de mais emprego no Estado, promessas de que iriam impulsionar a economia paranaense para que houvesse mais oportunidades de trabalho? Será que esqueceram os peemedebistas que o povo quer mais segurança, quer mais medicamentos nos postos de saúde; que o povo exige, a melhoria do ensino, que está cada vez mais decadente? Será que esqueceram que o povo está saturado de ver tanta mordomia em todas as secretarias de Estado, mordomias no Palácio Iguazu, mordomias em todas as empresas e órgãos da administração direta e indireta? Será que o PMDB, será que o regime Richa e seus partidários, em pouco mais de um ano, ficaram completamente surdos aos clamores populares e mergulharam na pior corrosão administrativa?

Oh tempos! Oh costumes! Oh que infelicidade para o sofrido povo paranaense!

Em diversas oportunidades alertei desta tribuna que a novela do "já-já" era um desserviço à Nação. Não se poderia esperar outro resultado. A novela "já-já" era muito emocional. Foi estruturada para garantir audiência global. E um tão grave problema institucional não poderia jamais ser resolvido com a emocionalidade novelesca, própria para a permanência, em cena, de artistas canastrões. Tão grave problema requer, exige ponderação, bom senso, equilíbrio, diálogo e não monólogo de meia dúzia de atores de ópera bufa. Alertei desta tribuna que não se poderia esperar outro desfecho para a novela do "já-já", pois de um lado estava o PDS que conquistou o direito de escolher o Presidente da República e não poderá abrir mão desse direito, o mesmo que faria o PMDB se tivesse recebido do eleitorado brasileiro essa missão. Do outro lado, estava o PMDB manobrando para tomar o Poder, direito que não lhe foi dado pelo eleitorado deste País, nas eleições de 82. E pode-se afirmar que a participação dos governadores do PMDB na novela global teve o objetivo de distrair a atenção das populações dos Estados governados pelo PMDB, dos graves problemas pela incapacidade administrativa desses governos. Eles não querem eleições "já-já" porque sabem que serão inapelavelmente condenados pelo eleitorado, pois não estão cumprindo as promessas feitas, estão colaborando com o aumento da inflação, que está infelicitando todos os brasileiros, estão aumentando a dívida tanto interna como externa, principalmente com a tomada de empréstimos em dólares a taxas, comissões e serviços caríssimos e não devidamente explicados à opinião pública. Sabem os governadores peemedebistas, que estão usando de autoritarismo, inclusive utilizando a polícia para isso - prática que tanto condenavam quando eram Oposição. Sabem que estão usando a polícia para conter as manifestações dos desempregados, como fez José Richa na recente manifestação ocorrida aqui no Centro Cívico, quando chamou a polícia para cercar os humildes e ordeiros desempregados. Mandou inclusive a polícia cercar a manifestação da qual participava o Arcebispo D. Pedro Fedalto que fez um discurso condenando os governos inertes e que permanecem indiferentes a esse grave problema social. Sabem os governadores peemedebistas que serão condenados pelo

povo porque têm secretários que não aceitam as denúncias de suas mazelas pelos representantes do povo e, procurando intimidar os que denunciam seus abusos e mordomias, recorrem aos processos como tática intimidatória da Oposição, que se dispôs a fiscalizar os seus atos. Sabem os governadores do PMDB que serão repudiados nas urnas em razão dos péssimos governos que estão realizando nos Estados em que assumiram o Poder. Sabem os governadores do PMDB que não têm credibilidade para vencer em seus Estados as eleições para Presidente da República.

Diante dessa circunstância, não falta agora quem venha a propor um mandato tampão que, se aceito, será o maior desastre para o País. Esse mandato tampão esconde a manobra de governadores do PMDB que se tivessem de concorrer "já-já" à Presidência da República teriam de renunciar a seus mandatos e, como ainda não transcorreu a metade desses mandatos, seriam realizadas eleições para governador e vice. Atentos a isso e à iminência de repúdio nas urnas, os governadores do PMDB manobram agora o mandato tampão. A realidade nacional nos diz: nada de mandato tampão. O que precisamos com urgência é de um Presidente que assuma o cargo com um programa de governo, com metas a cumprir, e um presidente tampão-buraco não tem metas. Precisamos de ação urgente para mudar a política econômica, com fé, coragem e resolução. Precisamos acabar com essa política que privilegia os banqueiros, os latifundiários e os interesses multinacionais, penalizando o povo brasileiro que caminha a passos largos na estrada da miséria. Confio em nosso País, confio em nosso povo e unidos poderemos enfrentar com determinação os problemas que nos afligem e que estão a reclamar a ação enérgica das pessoas dotadas de firme determinação para o trabalho em favor do bem comum.

Sou favorável às eleições diretas em todos os níveis. Partilho do sentimento de indignação do povo brasileiro que vê a farsa montada pelo PMDB, gritando por diretas já, para presidente, mas esquecendo, propositadamente de pedir, reclamar, exigir diretas já e já para Prefeito das Capitais, onde as administrações do PMDB estão sendo o pior desastre de toda a nossa história. Veja-se o assalto praticado contra os contribuintes com o Imposto Predial e Territorial Urbano - o IPTU, que chegou a ser aumentado em até mil por cento. Pasmem Senhores Deputados: mil por cento! O assalto contra a população provocou generalizada indignação. E para onde está indo o dinheiro? Para pagar os gastos astronômicos com publicidade e propaganda. Para pagar a promoção do Prefeito, a promoção do Governador. Para pagar a promoção da novela "já-já". Para pagar as seis páginas no jornal "O Globo", para pagar os escândalos publicitários, para pagar a megalomania dos eventuais ocupantes da Subchefia, de Comunicação Social do Palácio Iguazu. O dinheiro do povo está sendo desperdiçado pelo regime do PMDB. Escandalosamente desperdiçado. Criminosamente desperdiçado.

Ao reiterar minha posição pelas eleições diretas em todos os níveis, desejo declarar que o mandato tampão é um embuste que precisa ser desmascarado.

Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, a tudo isso que presenciamos hoje na vida brasileira, é preciso que tenhamos a coragem de proclamar: é fruto da falência desses partidos que aí estão. Partidos sem credibilidade. Tanto o PDS como o PMDB já estão mortos. Mortos, insepultos: que o povo brasileiro não lamentará jamais. Urge começar a empreender a reforma partidária, esta sim já e já para que possamos tirar esta Nação do fundo do poço em que se encontra. Sejamos dignos dessa missão. É o que espero dos meus companheiros desta Assembléia e da parte dos homens responsáveis do meu País.

Muito Obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto à liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado.

Está com a palavra o Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Mais uma vez ficou provado que a prática é melhor do que a gramática. Ensinam-nos melhor as lições, principalmente lições de vida. Há meses seguidos, estamos vendo, um tanto estarrecidos, certas propagandas em grande escala e em bom volume de leitura, de um Senador do PMDB, do Senador Enéas Faria em que diz nos "out doors" desta Capital: "Eu quero votar para Presidente". A prática é melhor do que a gramática, porque estranhamos, desde que vimos pela primeira vez esses cartazes, de que o Senhor Senador constitucionalmente deveria saber que ele poderia votar para Presidente, e mais uma vez ficou provado, de que com o passar dos tempos, ele teve o aprendizado para que soubesse de que ele terá condições de votar para Presidente.

Nós temos notado, por este Brasil afora, uma campanha publicitária como nunca vista neste País, feita pelos Partidos de Oposições, gastos feitos com dinheiro do contribuinte nos Estados em que a Oposição tem o mando político.

Nós temos visto, e temos vontade de cobrar dos Senhores Governadores da Oposição, dos Senhores organizadores dos comícios pró-diretas, de onde está vindo esta verba deste partido que se diz pobre, para o pagamento de tantos artistas, para o pagamento de tantas viagens, para os pagamentos de tantas caravanas para os comícios, e que se encaminhariam para o Distrito Federal.

Nós temos certeza de que tudo isto será esclarecido para a Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos motivos que me traz a esta tribuna.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência concede-me um aparte?
O SR. JORGE MAIA FILHO - No decorrer, darei a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi - Se Vossa Excelência quer explicação dos comícios em Nova York e Roma, Paris, eu darei a Vossa Excelência.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Se Vossa Excelência quiser, no decorrer do meu pronunciamento, darei a Vossa Excelência. Aliás, serei bastante liberal, coisa que Vossa Excelência não tem sido neste Plenário, quando nós pedimos o aparte a Vossa Excelência.

O que me traz mais a esta tribuna foi o que me chamou a atenção na madrugada de hoje, ao escutar em diversos pontos da cidade o pipocar dos foguetes, estouros de foguetes significando alegria, e logicamente, pensava eu, que isto seria uma manifestação da torcida coxa branca, do meu Paraná pela sua classificação. E para a surpresa minha, para surpresa minha, Srs. Deputados, a realidade, a realidade foi outra.

O pipocar dos foguetes foi a alegria do povo paranaense, porque a partir deste momento, o Sr. Governador vai deixar de viajar pelo Brasil com o dinheiro do contribuinte, e vai vir para o nosso Estado voltar a governar, a administrar este Estado, em que o povo deu-lhe a vitória, em novembro de 1982.

Esta é a alegria do povo paranaense. E nós esperamos que na realidade, isto aconteça, que o Senhor Governador volte a administrar o nosso Estado; que o Senhor Governador volte a ver os problemas que estamos tendo em todas as áreas, áreas de segurança; áreas de educação. E principalmente venha estender as mãos aos Prefeitos discriminados dos municípios do PDS, que tanto estão vindo a pedir com o chapéu na mão, migalhas para esse Governo que aí está. Nós achamos que a alegria do povo paranaense é para que quando os motivos de greve, se dirigisse frente ao Palácio Iguazu, o Sr. Governador desça e venha junto com os grevistas procurar as soluções, e não as desculpas que teria que is para o comício das diretas em Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro. É esta a alegria, a alegria do povo paranaense.

Acabaram-se as fantasias, acabou-se o engodo Srs. Deputados, o Congresso Nacional, por sua livre vontade derrotou a emenda Dante de Oliveira na madrugada de hoje. É uma decisão dos congressistas nacionais que de qualquer forma tem que ser respeitado porque foi uma vontade deles. Acabou-se uma luta, e que não discordamos dela que foi feita pelo PMDB para a implantação da eleição direta já. Mas uma luta que foi vencida. E por isso pedimos para que todos os políticos do PMDB, a partir desse momento passem a falar sobre a administração; passem a se preocupar com os problemas públicos; passem a se preocupar e administrar o nosso Estado e esqueçam um pouco de falar em eleição direta já. Sendo que, quando eu via e ouvia alguns Líderes da Oposição defendendo veementemente eleições diretas já, eu punha também em dúvida, quanto a convicção daquele líder. Porque não viam aqueles líderes quando o Congresso, meses atrás, foi votar uma emenda do Deputado Federal Armando Pinheiro para que se restabelesse já as eleições para as Prefeituras de Capitais, não vi a Liderança do PMDB no Plenário.

Fico também triste quando nas alegações da Oposição, quanto ao Colégio Eleitoral chamando esse Colégio Eleitoral de espúrio sendo que, foi um Colégio verdadeiro dado pela vontade de um povo, e um Colégio que o próprio PMDB aceitou ao votar nessa Assembléia Legislativa, a eleição do Prefeito Municipal, Maurício Fruet. Prefeito que até hoje também estamos querendo ver o que tem demonstrado de administração para nosso povo. Vemos sim uma publicidade diária e constante nos canais de televisão, anunciando que já foi construído desde um ano e pouco de mandato, dois pontinhos para a cidade de Curitiba.

Nós temos agora Srs. Deputados da Oposição, eu que represento o Governo no Estado do Paraná, temos que, parar de pensar, pensar e administrar, deixar de fantasias e pensar no povo paranaense. Concedo aparte ao nobre Líder do PMDB.

O Sr. Deputado Nilso Sguarezi - Vossa Excelência está preocupado em saber o custo das campanhas das diretas. Vossa Excelência dispõe dos mecanismos suficientes para indagar e saber se o Governo do Estado do Paraná gastou dinheiro com essa campanha. O que me parece que Vossas Excelências não entenderam ainda, é que essa campanha não foi promovida por Governos estaduais, mais foi promovida pelos Partidos da Oposição. Se fosse pelos governos estaduais, eu pergunto a Vossa Excelência, qual a explicação para, em plena Nova York, Buenos Aires, Paris, Berlim, Los Angeles, o povo brasileiro que está lá fora, eu indago de Vossa Excelência, quem financiou lá fora? Foi o Partido, digo, o Socialismo internacional, ou o FMI, talvez. Pergunto a Vossa Excelência, quem financiou lá fora?
O SR. JORGE MAIA FILHO - Mas Vossa Excelência sabe muito bem, Deputado, que partidos no Brasil, talvez contemham em seus Estatutos de que cada filiado, deveria por obrigação partidária, depositar para um Fundo Partidário, mas que na prática, isso não existe.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vossas Excelências mesmos, aqui, criticaram que o PMDB estava cobrando mensalidade. Vossas Excelências dessa tribuna nos criticaram de que estamos cobrando taxas e contribuição. Agora, o PMDB é um Partido que tem "fundo", sim senhor, porque os seus militantes, realmente, contribuem para o Partido. Isto é verdade. E o Partido de Vossa Excelência não contribui, aí é problema de outra natureza, mas que os filiados do PMDB contribuem, isso não há dúvida.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO - Concederei. Vossa Excelência há de concordar comigo, de que existe a contribuição por espontânea vontade, e existe também a contribuição por coação. O convite que Vossas Excelências fizeram aos filiados

nos soou como coagir alguém para pagar alguma coisa. Essa foi a denúncia feita desta tribuna, por um dos membros do nosso Partido.

O Sr. Nilso Sguarezi - Mas não apontaram um só nome que foi demitido do Estado por não ter contribuído e tem vários que não contribuíram. Não conseguiram apresentar uma só testemunha que tenha sido demitido do Estado por não ter contribuído com o PMDB.

O SR. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO - Com todo o prazer, nobre Deputado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Lamentavelmente o Deputado Nilso Sguarezi tem memória curta, porque esquece da denúncia apresentada nesta Casa com um documento do tesoureiro do PMDB, Senhor Darcy Deitos, ex-deputado e atualmente recebendo por duas fontes no DER, como funcionário contratado do DER e como Diretor financeiro do DER, que paga faturas altíssimas para empreiteiros no Estado. O Sr. Darcy Deitos fez um ofício aos Secretários do Estado, determinando, não solicitando, determinado o recolhimento compulsório de 1% do salário base, do salário família das gratificações, de tudo. O Sr. Darcy Deitos é pior do que o "leão" da Receita Federal, para recolher recursos e fundos para o PMDB. Aliás, o PMDB, temos denunciado nesta Casa, é o Partido dos grandes interesses econômicos. Estão aí a dominar o PMDB, banqueiros, latifundiários que inclusive compraram uma sede pomposa para o Partido. Este é o partido que realmente beneficia-se do poder econômico no Estado do Paraná. Ainda mais, eminente Deputado, Vossa Excelência no exercício da liderança faz uma denúncia grave com relação ao uso da máquina administrativa, numa campanha que a opinião pública adotou. Nós concordamos que a opinião pública é favorável às eleições diretas, como Vossa Excelência, como eu, como nosso Partido. O que não podemos entender, é que as Secretarias de Estado se transformaram em verdadeiras sucursais do PMDB, carros oficiais estão circulando - de Prefeituras e do Estado - com propaganda do PMDB. Ora, nós sabemos que a administração pública é impessoal, é partidária se ela for ética, se for aética, ela deve ser partidária, deve ser a favor de uma campanha que a população quer, mas que o PMDB a faz para tirar proveito políticos imediatos e mediatos.

É isto que precisa ser exposto à opinião pública com toda clareza como Vossa Excelência faz, como fez o Deputado Gilberto que denunciou a participação do Governador José Richa. E quem nesta Casa desconhece o quanto custa o avião de Sua Excelência, quem vai, permanentemente, num verdadeiro caixeiro viajante pelo Brasil afora, para participar de reuniões partidárias, para participar de comícios eleitorais e não para tratar de interesses do povo do Paraná?

Quero, Deputado Nilso Sguarezi, lançar um répito a Vossa Excelência, lance outro, peça ao Líder do Governo para que traga a esta Casa, o custo dos aviões do Governo do Estado. Quais os roteiros feitos, quais os participantes, os hotéis, aqueles famosos hotéis de cinco estrelas que o "Jornal do Brasil" denunciou, que enquanto o Governador Leonel Brizola não queria aceitar uma "suíte" no Hotel Nacional, o Governador José Richa, que mora aqui na mordomia do Paraná aceitou e participou, ele e seus Secretários de Estado, de uma "suíte" que o "Jornal do Brasil" denunciou, no Hotel Nacional.

Será que Sua Excelência quando fez as viagens pela Direta, também ficou em "suítes" de cinco estrelas e também foi o povo do Paraná que pagou?

Estas colocações devem ser feitas para o esclarecimento

da opinião pública, para se verificar que nós temos um Governo exclusivamente partidário. Partidário no sentido da discriminação e se Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezi quer a prova da discriminação, ele que requeira da Casa Civil, o uso das verbas de subvenção social e vai verificar, que no segundo semestre de 1983, o Governador do Estado destinou, para Prefeitos do PMDB 73 milhões de cruzeiros da verba de assistência social e para os Prefeitos do PDS, apenas cinco milhões de cruzeiros.

Sua Excelência diz que não faz discriminação, quando usa verbas do Governo Federal que lhe são repassadas. Mas quando se trata de recursos exclusivamente seu, o Governador José Richa é pródigo no exercício da mais mascarada, da mais odienta perseguição político-administrativa que se instaurou no Paraná.

Esta é a missão nossa de denunciar, e faremos isso, eminente Deputado Jorge Maia, sem medo, sem temor, para mostrar ao povo do Paraná e do Brasil o verdadeiro Governador duas faces que temos: a face boazinha, na esfera nacional, a face da cobertura publicitária com cartazes personalísticos espalhados pelo Paraná: "Adiante Governador José Richa." A não ser que o adiante para o Governador José Richa, seja para ele realmente começar a trabalhar, a fazer as obras que prometera na campanha eleitoral, a cumprir com as promessas eleitorais. Porque o homem público, honesto, é aquele que sabe, depois da eleição, resgatar os compromissos que assumira durante o período pré-eleitoral.

Meus parabéns a Vossa Excelência e a certeza de que a Bancada do PDS que, aqui na Assembléia, tem a obrigação, o dever de fiscalizar porque, afinal e sobretudo, somos Deputados Estaduais. Vossa Excelência faz bem ao desmascarar o teatro, a peça, a novela das diretas, esperando que o Governador José Richa comece, efetivamente, a trabalhar e a produzir para o Paraná.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO - Após eu concluir o meu pensamento, nosso Líder, com todo prazer quantos apartes Vossa Excelência me pedir.

O Sr. Roberto Requião - Por favor, inscreva-se também, ilustre Deputado Jorge Maia.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Com todo o prazer, nobre Deputado.

Fica assim comprovado, nobre Deputado Nilso Sguarezi, que quem fez a denúncia quanto à coação para o pagamento de um fundo partidário o fez através de um ofício, a não ser que Vossa Excelência não distinga uma determinação de uma coação e de uma livre iniciativa, se esta determinação foi feita por ofício pelo próprio Secretário do Partido.

E quero também confirmar as palavras do nosso líder quanto ao gasto do dinheiro público para a "feitura" dos comícios das eleições pró-diretas. Nós fomos testemunhas porque assistimos aqui, em Curitiba, o primeiro comício das pró-diretas, e vimos na rua Voluntários da Pátria um esquema especial feito pela Polícia Civil, para guardar os carros oficiais dos homens que ocupam o Poder de nosso Governo para participar desse comício.

E quanto à prova de discriminação que nosso líder falava há pouco: está registrado nos anais desta Casa, num pronunciamento que fizemos terça-feira nesta mesma tribuna, dando os percentuais, dando os números das discriminações impostas pelo Governador aos Municípios do PDS no tocante à distribuição de verbas de assistência social. E nós queremos, aqui, aproveitar ao pronunciamento do Nobre Deputado Belinati, quando dizia da violência imposta hoje pela manhã nas ruas da Capital de São Paulo pela Polícia Civil, batendo com cassetes nos manifestantes que seguiram as orientações de Vossa Excelência, participando de concentrações para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

E quero, aumentando o argumento do Deputado Belinati,

confessar a Vossa Excelência que vi, estarecido, em um programa de televisão, um "dossiê" mandado pelo Doutor Irineu Brizinski, que, hoje, é Diretor da Penitenciária aqui no Estado do Paraná a um programa de televisão, mandando com detalhes, a preocupação do "menu" que era distribuído diariamente aos presos, aqueles que têm nos trazido constrangimento, aqueles que têm trazido a insegurança popular, aqueles que têm posto em risco a nossa vida e a vida de nossos familiares.

Confesso, Senhores Deputados da Oposição, 80% a 90% dos brasileiros não possuem, hoje, em sua mesa, aquilo que o Governo do Estado se preocupa a dar diariamente aos presos. Não tem, Senhores Deputados da Oposição; 80% da população brasileira condições de gastar com alimento o que está gastando o Governador do Estado para com os nossos presidiários. Isso não quer dizer que eu esteja contra o bem do tratamento público, contra o bem do tratamento da pessoa humana, isto eu quero dizer, Senhor Líder da Oposição, que o Governador, ao invés de se preocupar apenas com marginais, que saia às ruas, que venha enfrentar frente à frente os grevistas. Que dê o aumento necessário aos celetistas. Que venha dar os cem mil empregos prometidos ao povo desempregado de nosso Estado.

Por isso acho, Sr. Líder do Governo e da Oposição, que o pipocar dos fogos teve muita razão de ser, porque brota uma esperança no povo do Paraná que, a partir de hoje o Sr. Governador do Estado, se é que já está no Paraná - passe a assumir o Palácio Iguaçu, passa a usar a sua caneta, passa a fazer e nos mandar leis que beneficiem o povo de nossa terra. Chega de viajar! Chega de passear! Chega de enganar a nossa população!

Foi-se mais de um ano, nobre Líder, e dou testemunho pessoal, da minha Região, do que fez o Sr. Governador do Estado. Esteve por três vezes na minha cidade. Participou de três banquetes. Participou de três cerimônias. E o que fez para a nossa cidade? Apenas tirou a Regional do BANESTADO que lá estava instalada. Nenhuma obra. Nada concreto.

O que não vi ainda e, confesso, não vi do Sr. Governador, não vi dos Srs. Secretários, irem à televisão e dizerem que são Governo, que têm a obrigação de construir. O que temos visto são lamentações contra o Governo Federal, onde vão toda a semana buscar dinheiro. E dizer que não existem recursos para se fazer alguma coisa no nosso Estado. E falarem em eleições diretas. Esta é a realidade, nobre Líder.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Fui citado pelo eminente Líder do PDS que me fez um repto. Aceito. Ele me reptou de que eu deveria trazer aqui as contas do Governador José Richa, quando vai à Brasília, e se hospeda em hotel de cinco estrelas. Trarei as contas, desde que o Líder da Oposição traga os custos que seu irmão, em campanha pelo Estado do Paraná, tem usado o Tribunal de Contas. Está aceito o repto. Trarei as contas do Governador, desde que o eminente Conselheiro Cândido Martins traga aqui as despesas que tem feito com a sua campanha, candidato a candidato a Governador, com o nosso Tribunal de Contas.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte, apenas para responder de imediato ao nobre Deputado? (Assentimento).

Vossa Excelência demonstra, mais uma vez, desconhecimento do papel deste Parlamento e da Constituição, porque sabe Vossa Excelência que este é o Poder fiscalizador do Estado e tem a possibilidade, não só... se Vossa Excelência conhece algum ato irregular, Vossa Excelência tem a obrigação, como Deputado, como advogado, a requerer contas do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas é um órgão acessório desta Assembléia. Vossa Excelência, mais uma vez, dá demonstração que desconhece esta Casa, que desconhece a lei e, lamentavelmente, vejo que o Governo do Sr. José Richa é defendido por um homem emocional e despreparado para o exercício da função de Líder do Governo.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite? Vossa Excelência há de entender de que ficou em desvantagem porque o eminente Líder do PDS fez um aparte aí de mais de vinte minutos...

O SR. JORGE MAIA FILHO — Vossa Excelência vai ter um horário eu concederei aparte a Vossa Excelência, apenas... (Vozes superpostas de orador e aparteante).

O SR. JORGE MAIA FILHO — A Palavra está com o orador que está na tribuna, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — (Faz soar os tambores). A Mesa assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Queria dizer ao nobre Líder do PMDB que concluirei alguns pensamentos meus e darei novamente o aparte a Vossa Excelência porque disse, no começo de meu pensamento, de que não negaria nenhum aparte a Vossa Excelência.

O que pude notar, nobre Líder Nilso Sguarezi, que na resposta que Vossa Excelência acaba de dar, na realidade, a resposta foi mais emocional do que racional, que Vossa Excelência está começando a confundir as coisas, então eu digo a Vossa Excelência que eu não aceito o repto do Líder do PDS e eu faço pessoalmente um repto a Vossa Excelência, que me traga as contas do Governador José Richa, quando participou em todos os comícios "PRÓ-DIRETAS JÁ", do que gastou com seus aviões do que gastou em hotéis e com sua caravana, o repto é meu nobre líder, não o Líder do PDS, isto porque não tenho ninguém com que Vossa Excelência possa me cobrar e levar para o lado íntimo, o lado emocional, o lado familiar.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado. O que na verdade Vossa Excelência não se conforma, é que o Governador José Richa, em apenas um ano de mandato, conseguiu ser uma figura nacional, é com isto que Vossa Excelência não se conforma. Isto é que Vossas Excelências não se conformam.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa concede um minuto ao orador, para concluir sua oração.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Desculpe nobre líder, daria mais apartes se fosse possível e concluo, Sr. Presidente respondendo ao nobre Líder do PMDB, até eu, um humilde Deputado do interior do Paraná, seria conhecido mundialmente se usasse, vergonhosamente, como usam as verbas do Estado do Paraná na Comunicação Social, tenho eu um pedido de informação para o Sr. Governador José Richa, que gastou horrores e horrores em publicidade e espero que a resposta venha a contento para que eu possa provar a Vossa Excelência, porque neste Paraná foi gasto em um ano de comunicação social, o que nunca se gastou em 20 anos passados, nobre Deputado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Inicialmente, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O dia de ontem, 25 de abril de 1984, dificilmente cairá no esquecimento do povo brasileiro. Este dia, entrou para a História do País, como aquele em que, numa demonstração aberta e sem precedentes desde o início do movimento militar de 1964, as forças obscurantistas e repressoras fizeram frente a mais de 120 milhões de brasileiros, deixando de aprovar Emenda Dante de Oliveira, que ontem era a réstia da salvação nacional. Os aparatos que rodearam a votação da emenda, com a

decretação das medidas de emergência que incluíam a censura aos órgãos de comunicação e cerco ao Congresso Nacional, numa clara manifestação de autoritarismo e coação, faziam já antever a radical oposição do Governo às legítimas aspirações democráticas da população brasileira, que vinha participando ordeira e tranqüilamente dos muitos comícios pró-diretas realizados por este Brasil.

Desprezando o apelo daqueles que representam a grande maioria dos congressistas do partido do Governo Federal, votou contra a emenda adotada por todos os brasileiros, numa atitude provocatória e de cumplicidade à atual conjuntura nacional; esqueceram tais políticos, o compromisso com o povo e a responsabilidade que o momento exigia: levemente disseram "não", ou então, numa atitude displicente e covarde, não compareceram à sessão mais importante do Congresso, nos últimos vinte anos.

Perderam a ocasião de redimir os seus erros, abrindo mão de suas vantagens pessoais em favor da Nação brasileira. Não o fizeram, mas os seus nomes estão marcados indelevelmente na memória de todos nós, e o povo raramente esquece o nome daqueles que o atraioam.

Mais uma vez, o Poder Legislativo perdeu uma oportunidade inesquecível de se firmar como poder independente, e de marcar sua posição de concretizador das mais legítimas aspirações populares, consolidadas nos programas dos diferentes partidos políticos.

Quanto a todos nós, os supostamente derrotados, é bom dizer; não o fomos! Ao contrário do que possam pensar os senhores todos poderosos que desgovernam este País, há tantos anos.

Saímos, sim, vencedores, reforçados, respaldados pelo sentimento de frustração nacional, que se reconhece no rosto de cada brasileiro. A nossa luta ainda agora começou, e a chama que queima dentro de cada um de nós, a chama da democracia, está mais acesa que nunca. As eleições diretas são uma realidade que precisa ser reacelerada, e mantida nas praças e nas ruas.

A irreflexão, a irresponsabilidade e a tirania, são características do atual Governo Federal do PDS; ele continuará durante mais algum tempo o desgoverno que iniciou há duas décadas, continuará alimentando a impunidade que corre solta por esse Brasil, prosseguirá e aumentará o rol de corrupção que tem sua nascente em gabinetes amplos e acarpetados, de pessoas que se utilizam do erário público para manter suas mordomias.

A Nação inteira está coesa, como o tem demonstrado ao longo destes últimos meses. Assim continuará até que, novamente, seja, restabelecido o Estado de Direito Democrático, que vem sendo há vários anos barrado pela irresponsabilidade administrativa e ausência de patriotismo dos integrantes do movimento de 1964."

O Sr. Roberto Requião -- Vossa Excelência permite um aparte?(Assentimento).

Deputado Rubens Bueno, nós teremos eleições diretas para Presidente da República. Não ha outra solução possível para o movimento Nacional. E as eleições diretas serão só o primeiro passo, porque o segundo passo, será a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Se isso não ocorrer, estará estabelecido um confronto entre a Nação e o Governo da União. Não há dúvida nenhuma, que ninguém governará este País sem eleição direta e sem constituintes. No entanto, Deputado, do extinto PDS, Partido de Desenvolvimento Social, nem me lembro exatamente o que significava esta sigla, dos remanescentes desse partido, nós vemos a perplexidade.

Agora há pouco se manifestava neste Plenário, o ilustre Deputado Jorge Maia Filho e o Líder do PDS. Não consegui entender exatamente a posição do Deputado Jorge Maia Filho. Se ele está a favor do Curitiba, se ele é contra o foguetório, ou simpatiza com as eleições indiretas. Não colocou uma posição

clara e eu pretendia, por solicitação da liderança, apartear-lo e não consegui fazer porque não entendi exatamente a posição desse remanescente do "extinto" PDS, a respeito da situação política nacional.

Mas a posição do Líder, eu apreendi com muita clareza. O PDS inaugura na conjuntura política nacional, em que o povo exige eleições diretas e constituinte, uma nova prática política. Uma nova ação política. É a política de alcova. O PDS na conjuntura nacional, através do seu líder, se preocupa com a situação de alcova, do Governador do Paraná.

Realmente, Deputado Rubens Bueno, este partido acabou. Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO -- Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, lembrando que também houve uma inovação até do Regimento comum do Congresso Nacional, que nós conhecemos, ou seja, de três Deputados do PDS do Paraná, serem os únicos do Brasil a se abster, mesmo estando presente, na votação de uma Emenda Constitucional.

O Sr. Fiori Luiz -- Vossa Excelência permite um aparte? -- (Assentimento) É interessante a gente divulgar para o Paraná, o nome dos traidores do povo. Inclusive em Londrina, no calçadão, será construído um pelourinho com uma placa, com o nome de todos os que votaram contra a emenda Dante de Oliveira.

Os que votaram contra, pelo menos assumiram uma posição. Eles são seis. Agora, os traidores, os judas, os grandes covardes, foram os que se abstiveram: o Sr. Oscar Alves, o Sr. Reinhold Stephanes e o Sr. Renato Johnson. E o outro, ainda, o ausente, o Sr. Antônio Ueno. Os covardes se encolheram; meteram o rabo no meio das pernas diante do tacão militar. Mas aqueles que disseram "não" ao povo, terão o "não" do povo em 86. É só esperar. São os políticos formados nos laboratórios do finado Ney Braga. Os laboratórios da subserviência e do amém: Sr. Reinhold Stephanes, Oscar Alves, o genro, e Renato Johnson, e o que nem apareceu em Brasília: Sr. Antônio Ueno.

Estes são os traidores, os "Joaquins Silvérios dos Reis", "o Judas" do povo paranaense.

Eles ficarão marcados eternamente na memória do povo paranaense, e 86 vem aí, nobre Deputado.

O Sr. Jorge Maia Filho -- Sr. Deputado, apenas para dizer e concordar com o Deputado Roberto Requião, de que o mesmo não tenha entendido o meu pronunciamento.

Também, não é para menos. Eu dou aqui um testemunho de que o Deputado Roberto Requião é o portador...

O SR. RUBENS BUENO -- Deputado Jorge Maia Filho, Vossa Excelência deveria fazer aparte ao meu pronunciamento. Se for para responder o aparte do Deputado Roberto Requião, Vossa Excelência utilize o horário que lhe é dedicado para fazê-lo.

Eu gostaria que Vossa Excelência me apartasse no meu pronunciamento.

O Sr. Jorge Maia Filho -- Então eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O Sr. Nilso Sguarezi -- Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelência, na verdade, vai à tribuna dizer aquilo que talvez, neste aparte inflamado do Deputado Fiori, todo povo brasileiro gostaria de dizer hoje.

Dizer, não para esta voz não ser ouvida, não para este grito de angústia ficar preso na garganta.

Mas, para dizer e chegasse aos ouvidos do General "nini", ao General Figueiredo, dizer hoje realmente, de que a frustração da Nação Brasileira é muito grande.

E, como nós dissemos ontem, o 25 de abril não será facilmente esquecido. Ele é uma data muito importante, porque é uma data que vai trazer o grande despertar da consciência nacional e que o povo tem que estar unido para derrotar finalmente, este governo que tanta infelicidade tem nos trazido.

E, derrotada a Emenda Dante de Oliveira, ontem no Congresso Nacional, eu acredito que multiplicar-se-ão outras emendas constitucionais a partir da disposição de cada brasileiro de agora em diante assumir um compromisso consigo mesmo e, que este povo que tem brio e vergonha na cara, não vai mais admitir que meia-dúzia de ilustrados que se consideram ilustrados, continuem a infelicitizar esta Nação.

Estes homens, como disse Joelmir Betting, deveriam decretar medidas de emergência para a nossa economia que esta em queda livre, e não medidas de emergência para levar lá fora, no exterior, a imagem negra e triste deste Brasil, como todas as televisões do mundo retrataram o nosso Congresso Nacional cercado por verdadeiros batalhões de choque, por polícia militar, e forças do nosso exército.

Isto, nobre Deputado, é a grande constatação que nos fazemos.

E como nós dissemos, estes homens não se conformam e querem atribuir à Oposição ter mobilizado o povo. Eu disse desta tribuna que não foram os partidos de oposição que mobilizaram o povo. Foi o povo por si mesmo que se mobilizou. O que explica que em Nova Iorque, Los Angeles, por toda parte do mundo onde existe brasileiro, que não estão no dia a dia de nossas notícias, mas que acompanham com ansiedade os destinos desta terra, tenham feito manifestações pró-diretas lá fora.

Ontem ainda, a televisão mostrou quando Portugal esta Nação irmã, comemorava a sua revolução dos cravos vermelhos, entrevistava nas ruas a população, os portugueses que são nossos irmãos, pediam por eleições diretas.

Será que estes homens do PDS não entendem isso? De que é o povo, é a Nação que quer um basta. E ela sabe que só através de eleições diretas nós iremos ficar livres destes que, infelizmente, tomaram o Poder pelas armas, e agora com casuísmos, com esta legalidade forjada, coercitiva é que querem continuar dominando a Nação.

Por isto me congratulo com Vossa Excelência e, nesta data, registra um fato histórico.

E não serão apenas punidos pelo povo aqueles que não foram votar no Congresso Nacional ou que foram votar contrário, contra o povo. Serão punidos também, e a história vai registrar isto, todos aqueles que, hoje, depois do resultado vêm à tribuna e não antes, porque neste País muitos políticos descobriram o muro e se prostraram em cima do mesmo, esperando o resultado, para depois verificar, dizer, eu estava desse ou daquele lugar.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para esta emenda ser derrotada, não tenha dúvida nenhuma, terão o castigo do povo na próxima eleição. E o castigo do povo será pura e simplesmente, este: se não querem dar o voto ao povo, o povo não lhes dará mais votos.

O SR. RUBENS BUENO — Muito obrigado, Deputado Nilso Sguarezi.

Em seguida, concedo o aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti — Deputado Rubens Bueno, Vossa

Excelência ocupa o Horário da Liderança e traz a esta Casa aquilo que todos nós, do PMDB estamos sentindo, e toda a Nação Brasileira também está sentindo.

Hoje de manhã, quando folheava alguns jornais, fiquei até entristecido quando uma das manchetes dizia:

"As Oposições foram derrotadas, a Emenda Dante de Oliveira perdeu".

Eu entendo que não foram as Oposições que foram derrotadas, foi o povo brasileiro que em sua grande maioria foi à praça pública, foi aos clubes, aos ginásios de esportes, para dizer e defender as eleições diretas para já.

Ontem ainda, quando ouvíamos o brilhante discurso do nosso Deputado Osvaldo Alencar Furtado, ele mostrava com toda a clareza que a reivindicação do povo é muito simples; e apenas e tão somente o desejo de participar e partilhar com toda a Nação Brasileira dos problemas e das soluções destes problemas.

Disse muito bem, ainda há pouco o nosso Líder Nilso Sguarezi, que muita gente ficou "em cima do muro" esperando o resultado, para depois dizer alguma coisa. Temos o exemplo, ainda ontem nesta Casa, não ouvimos nenhuma voz do PDS ocupar a tribuna para defender as eleições indiretas, não ouvimos nenhuma voz, ontem a defender o Colégio Eleitoral.

Hoje, quando o mandatário maior neste País conseguiu pela pressão no Congresso Nacional fazer com que essa emenda fosse derrubada, hoje, vozes do PDS nessa bancada, se levantam para defender o Colégio Eleitoral, para defender o regime que aí está, para defender a eleição indireta; quando ontem, o processo se desenvolvia nenhum deles veio, de público defendê-lo. Preferiram ficar "em cima do muro" para esperar os resultados e depois descer do muro e acompanhar a caravana toda, como sempre fizeram.

O SR. RUBENS BUENO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, o qual incorporo, com muito prazer, ao nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa luta continua, e aproveito esta oportunidade para deixar consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de repúdio pela atitude descompromissada, covarde e irrefletida de todos os parlamentares que votaram contra, se abstiveram ou se ausentaram ontem do Congresso Nacional.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa consulta a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pretendo da tribuna, discordar de algumas afirmações levantadas durante o Grande Expediente, e o Horário da Liderança do PDS.

O nobre Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, homem sereno em suas afirmações, pautado sempre pela moderação, hoje, data vênica, fez um discurso que não parece ser ou não parece traduzir a sua postura nesta Casa.

Sua Excelência que tem se caracterizado por ser um homem objetivo e prático, fez hoje uma verdadeira cartilha, abordando desde desemprego, acusações de caráter fiscal, política nacional e carnaval, enfim, fez o que o nobre Líder do PDS gosta de dizer: generalidades. Porque é difícil nós, de plano, podermos rebater tudo o que foi dito aqui, porque, no mínimo, poderíamos dizer que vinte assuntos diferentes foram abordados. Mas eu quero destacar apenas aqueles de caráter político, para dos outros, em oportunidades futuras, nós os tratarmos.

O nobre Deputado Gilberto Carvalho disse que os atuais partidos estão falidos e devem ser extintos. O velho adágio popular, como diria o Gabriel Manoel: "O uso do cachimbo faz a boca torta". Quem se suicidou uma vez parece que está querendo se suicidar pela segunda. Na verdade, no tempo do bipartidarismo, de ARENA e de MDB, quando a ARENA

senti a inviabilidade a que estava sendo levada, fez o auto-suicídio, só que nos levou, nós, do PMDB juntos, com a extinção forçada dos partidos políticos. Agora, o PDS já começa — depois da data de ontem — porque vai ser difícil a esses homens que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira conseguirem votos do povo, usando a mesma sigla do PDS.

Aliás, outro dia me confessava um Deputado do PDS pró-diretas, desses que trabalharam e votaram favorável à eleição direta. Ele me dizia: “assim mesmo, vai ser uma parada para conseguir voto do povo, porque este partido está pesadinho para ser carregado”.

Mas, como que esse partido não poderia ser pesado? Como esse partido não poderia ser pesado, se o filho do Presidente desse partido, o filho do Senador Sarney, que é Deputado Federal, que é a nova geração de brasileiros, dessa geração que está na Universidade de Brasília, muitos filhos de parlamentares do PDS, de parlamentares, de militares, o filho do Senador Sarney, Presidente do PDS, vota — olhem a pressão que esse rapaz deve ter suportado — vota tranqüila e serenamente contra o continuísmo, contra a falta de alternância no Poder. É evidente que um partido desses, ou tira o atual Presidente, ou faz a mesma coisa que seu antecessor: extingue-se. Porque aí está decretada a falência de um partido político. Quando o seu presidente, na sua própria casa não consegue de jeito nenhum, convencer e ter um filho seu, da sua legenda partidária, da sua família, votando numa mesma ordem de coisas.

Por isso, nobre Deputado Gilberto Carvalho, não concordo com a afirmação de Vossa Excelência, que os partidos estão falidos. Se está falido, isso sim, é o PDS de Vossa Excelência; porque o PMDB não teve um crescimento gigantesco, foi crescendo aos poucos; teve a fase de sua infância difícil, penosa, e hoje é realmente um grande partido nacional. E esse é o depoimento de todos os seus integrantes, de que o PMDB é um partido que veio para ficar. Desta vez, se o PDS quiser se suicidar, tudo bem, mas não conseguirão nos suicidar novamente, como fizeram no passado.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço, nobre Deputado. Vossa Excelência há de convir comigo, quando eu disse que os partidos estão falidos, o PMDB conseguiu vencer as eleições no Paraná com a incorporação de mais um partido. Vossa Excelência há de concordar que hoje o PMDB, no Paraná, não é um partido mas sim, uma frente partidária; em que há gente de todas, várias ideologias políticas. No PDS, nos sabemos a dificuldade que passamos também pelos entendimentos, não há hoje como não havia no passado, ninguém morrendo de amor pela ARENA, nem MDB e nem PDS ou outro partido, com esta dificuldade. E se hoje fui à tribuna, não fui esperando resultado, não, porque já me preparava antes, e já tinha tudo escrito desde anteontem, para falar no Grande Expediente.

Tenho posição definida, nunca fui nomeado para nada. Sempre disputei os meus mandatos por eleição direta. Na semana passada, fiz um pronunciamento na minha região, através da Rádio Cidade Jandaia, onde me posicionei da mesma forma, que me posicionei hoje. E a minha grande preocupação, nobre Deputado, não é sobre a eleição direta. A minha grande preocupação agora, é esta proposta do mandato “tampão” que é um desastre para o País, se isto acontecer. Porque eu concordo que estamos passando dificuldade. A política econômica errada deste Governo, porque não é querer salvar o Governo do Estado e criticar o Governo Federal, o Governo da União, pois os dois estão falhando.

Nós precisamos ter o cuidado de recuperar esta posição.

Nós precisamos de um governo eleito por eleição direta ou indireta, mas com meta a cumprir; que entre pronto a tomar decisões e nós precisamos de muito cuidado. Nós sabemos

neste País o que aconteceu quando criaram o parlamentarismo, e caiu de uma hora para outra.

Acho excelente o parlamentarismo, mas vejo numa hora importuna e acabou logo caindo através de um plebiscito. Precisamos nos cuidar para que não aconteça o que aconteceu na Argentina que, com eleições diretas trouxeram o Perón, e o resultado é que estão sofrendo até hoje.

Nós precisamos de eleição direta, mas é preciso que se prepare para dar garantia, dar continuidade àquilo que o povo brasileiro quer: progredir, desenvolver, garantir mais mercado de trabalho; e nós conseguirmos também a nossa independência, que é um direito de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu, evidentemente, tenho que reconhecer o direito que Vossa Excelência tem de formular, dentro das suas concepções, sua posição favorável ou não às especulações que agora surgem de um mandato “tampão”. Eu só devo dizer, nobre Deputado, de que o Brasil não vai se salvar com acertos, com aconchegos da cúpula. Isto está provado há 20 anos, que apenas a cúpula dirigia esta Nação, e o povo só pastava.

O Sr. Gilberto Carvalho - E é o momento de mudar, nobre Deputado. É preciso que haja conciliação e entendimento entre todas as correntes políticas, para nós chegarmos àquela posição desejada por todos os brasileiros.

O SR. NILSO SGUAREZI - Mas isto, nobre Deputado, nesta conciliação e neste entendimento não pode ser esquecido o grande objeto nesta conciliação que deve ser o povo. E o povo indiscutivelmente quer eleições diretas. Qualquer outra fórmula que não seja eleição direta, não terá evidentemente o respaldo popular; o que vale dizer, nós vamos continuar nesta forma de governo, já mais do que provada, mesmo Vossas Excelências não de convir, de que o povo não aceita mais este tipo de governo, este modelo econômico que nós temos e este regime político que nós temos.

Evidentemente que o povo não concorda. Veja Vossas Excelências a pesquisa feita nos jornais; 65% do povo repudiou as medidas de emergência, quando na realidade não eram necessárias.

O nosso eminente jurista Renê Ariel Doti, em artigos publicados em jornais, dá a justificativa exata que deveria ser a medida de emergência, em caso de grave perturbação da ordem circunstância em que estivesse em perigo, evidentemente, a integração de Estado. Mas, ora, nobre Deputado, isto não vinha ocorrendo, o que vinha ocorrendo isto sim, é este processo democrático.

O Poder Legislativo é esta caixa de ressonância, é o jogo da pressão e da contra-pressão, e isto é válido.

Por isso, eu reconheço que Vossa Excelência tem o direito de discordar, e acho mesmo de que acertos de cúpula, e aconchavos de gabinetes não vão trazer solução para o Brasil. Mas eu disse que viria para tecer algum comentário político sobre o que foi afirmado também, no horário da Liderança do PDS. E quero me referir às afirmações do nobre Deputado Jorge Maia Filho.

Sua Excelência fez um libelo dizendo, que agora que terminou a campanha pela diretas pode ser que o governador volte para trabalhar no Estado. Sua Excelência chegou até interpretar que foguetes pela vitória do Curitiba seria a alegria do povo do Paraná porque teria sido derrotada a emenda pró-diretas. Sei lá, cada um vê ou pensa como quer. Mas um fato realmente me preocupou, é que o PDS tem cobrado reiteradamente de que o Governo José Richa não tem feito nada, de que o Governo José Richa não está trabalhando. Sua Excelência vem trazer um exemplo do tipo de incoerência que é a

Curitiba, quinta, em 26/04/84

Oposição feita nesta Casa. Sua Excelência criticou o diretor de uma penitenciária porque está dando um determinado tipo de cardápio servindo aos presidiários, que Sua Excelência considerou uma qualidade muito superior ao que come o nosso povo aqui fora. Mas, meu Deus do céu, nobre Deputado Jorge Maia Filho, se os presos forem alimentados no mesmo regime alimentar do que está sendo grande parte da população, Sua Excelência quer matar os presos de fome. Tem gente morrendo de fome nesta Nação. Sua Excelência não acha que um dos compromissos do Governador José Richa foi esse, de dar um pouco de justiça social, de recuperar, nobre Deputado, a situação caótica em que estavam as penitenciárias quando nós recebemos esse Governo? O Paraná é testemunha. Os homens se matando dentro de um presídio, porque era uma situação subumana. Meu Deus do céu, quando se faz alguma coisa, até pelo preso, isso é motivo de crítica, e aí a inconseqüência da afirmação: critica-se porque se faz, se faz demais. Explique-me nobre Deputado, Vossa Excelência é a favor de que os presos sejam alimentados, ou o Senhor quer que os presos morram de fome? Isso Vossa Excelência tem que explicar.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência está simplesmente deturpando o que falei da tribuna. Eu falei que enquanto via um diretor de uma penitenciária se preocupando a dar, uma média de cem mil cruzeiros que gastava em alimentação para cada preso, nós víamos mais de duas mil pessoas em greve, pedindo emprego ao Sr. Governador.

(Assume a Presidência da Mesa o Sr. Deputado Werner Wanderer).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa concede um minuto ao orador que está na tribuna para concluir sua oração.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu dou trinta segundos para que o nobre Deputado conclua seu aparte.

O Sr. Jorge Maia Filho — Muito obrigado. Eu dizia que não me conformava com a situação de ver dois mil desempregados não sendo atendidos pelo Governador, e um diretor de penitenciária se preocupando com cardápios diários. Inclusive Vossa Excelência diz que estão melhorando a situação caótica dos presídios do Paraná. E Vossa Excelência mesmo é testemunha que o índice de fuga da colônia penal nesses três meses foi o maior dos últimos tempos, onde fugiram mais de duzentos presidiários. Quer dizer que na realidade não estão se preocupando com o problema social do presídio, porque os próprios presos estão revoltados, inclusive foi motivo de motim.

Vossa Excelência está confundindo as coisas. De forma alguma, se os presos tiverem o melhor tratamento possível é isso que nós queremos. Nós estamos preocupados é com os desempregados onde o Governador prometeu cem mil empregos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência é que está confundindo as coisas. Se Vossa Excelência protesta que o tipo de comida é muito bom e assim mesmo então fugindo, então imagine se nós diminuirmos a comida, como Vossa Excelência quer, aí é que não fica ninguém mesmo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante no expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante no expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Resolução n.º 01/84, constante da Ordem do Dia de hoje, assim como o Projeto de Lei n.º 01/84. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 01/84, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA e que dispõe sobre a aplicação das dotações da Assembléia Legislativa do Estado na forma que especifica e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEL da C.C.J. e FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA da C.O., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Em votação o Projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**
Em votação a Emenda Substitutiva. **A provada.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 01/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 02/84), visando regulamentar norma contida no Art. 37, Inciso VIII, da Lei Complementar n.º 40, de 14/12/83, e dá outras providências. (LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO). Com PARECERES FAVORÁVELS da C.C.J., C.F. e C.R.H. por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 142/83, que declara de utilidade pública a "OBRA DE SÃO JOSÉ", com sede e foro no Município de Alto Piquiri. **Aprovado.** D.A. 102/83, de 20/09/83.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 152/83, que objetiva doar ao Município de Campo Largo, o edifício localizado na praça Getúlio Vargas, onde funcionava o antigo Fórum da Comarca, conforme especifica. **Aprovado.** D.A. 108, de 29/09/83.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 157/83, que dispõe sobre plantação de Pinheiro-do-Paraná e Erva-mate, em terras que confrontam com rodovias pavimentadas e dá outras providências. **Aprovado.** D.A. 110/83, de 04/10/83.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 172/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE TERRA BOA - APMI", com sede e foro na cidade de Terra Boa. **Aprovado.** D.A. 113/83, de 10/10/83.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 173/83, (Mensagem n.º 107/83), que doa Edifícios dos Terminais Rodoviários

de Passageiros aos municípios que especifica. **Aprovado. D.A. 013, de 28/03/84.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 176/83, que declara de utilidade pública a entidade "LAR DE ANANDA", com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado. D.A. 116/83, de 18/10/83.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 78/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 90/84), que objetiva autorizar o PODER EXECUTIVO a abrir crédito adicional de vinte e nove bilhões de cruzeiros ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 7772 de 13 de dezembro de 1983, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. à EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. **EM RÉGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 99/84, que determina a sustação da Denúncia-crime n.º 3/84, em que é indiciado o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a ligação com um ramal de Estrada de Ferro da Central do Paraná, dos Municípios de Mauá - Ivaiporã. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo informações a respeito da Mensagem n.º 90/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de moção de repúdio aos 10 (dez) Parlamentares paranaenses que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira ou se ausentaram da Plenária do Congresso Nacional. Em discussão.

O SR. JORGE MAIA FILHO (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante no expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do IAM, por intermédio da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações a respeito da Mensagem n.º 90/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante no expediente, solicitando a dispensa de redação final do Projeto de Lei n.º 1/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante no expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da Fundação de Saúde Caetano Nunhoz da Rocha, por intermédio da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações a respeito da Mensagem n.º 90/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo informações a respeito da Mensagem n.º 90/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações a respeito da Mensagem n.º 90/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da PROMOPAR, por intermédio da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo informações a respeito da Mensagem n.º 90/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a averiguação da situação geral de todos os prédios escolares existentes, pertencentes à rede estadual no Município de Moreira Salles. Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

23 Srs. Deputados responderam à chamada. Não há quorum para a votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de um mini-posto artesiano para a Localidade de Alto Alegre, no Município de Campo Mourão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o reaparelhamento da 2ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar, tais como uma viatura devidamente equipada, maior quantidade de armamento e munição e maior contingente policial, para o Município de Goioerê. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo o retorno do Município de Fênix a pertencer ao 6.º Núcleo Regional de Ensino no Município de Campo Mourão, deixando de pertencer ao Núcleo do Município de Ivaiporã. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a ligação com um ramal de Estrada de Ferro da Central do Paraná, dos Municípios de Mauá - Ivaiporã. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, sob o título "Barão do Serro Azul - 90 Anos de Sua Morte". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Presidente do IPE, encarecendo a instalação de agência daquele Instituto do Município de Roncador. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do IPE, por intermédio da Secretaria da

Administração, encarecendo informações a respeito de fontes de recursos, aplicações e programação de investimentos daquele Instituto. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente as Sras. Secretária de Educação e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a regularização da distribuição da merenda escolar na Microrregião da COMCAM. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Roberto Aroso Cardoso, pela homenagem que lhe foi prestada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ao lhe conceder o título de Cidadão Honorário daquele Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga a BR-277 à sede do Município de São João do Triunfo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de São João do Triunfo a São Mateus do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Jorge Kudri, o qual será agraciado com o prêmio "Pinhão de Ouro", outorgado pela Câmara Municipal de Curitiba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro do Transportes, Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A. e Superintendente Regional no Paraná da Rede Ferroviária Federal S/A., encarecendo a construção de um ramal ferroviário da Estrada de Ferro Central do Paraná, ligando os Municípios de Mauá e Ivaiporã, pólo da Região Central do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Extraordinária para logo após.

Levanta-se a Sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1984.
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, Secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e José Antônio Fonseca.

Às dezesseis horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sergio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinatti. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal)

No decorrer da chamada,

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu retiro o pedido de verificação de votação da Ata, em consequência fica prejudicado o pedido do Ilustre Deputado Líder do PMDB Sr. Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e coloca em votação a Ata. — Aprovada.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 127/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA LEÃO", com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 116/83, de 12/10/83)**

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

Eu retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está aprovado o Projeto.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 180/83, que denomina "RODOVIA HEITOR ALENCAR FURTADO", a estrada que liga Paranavaí a Santa Isabel do Ivaí. **Aprovado. (Publicado no D.A. 115/83, de 17/10/83).**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 184/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO NOROESTE PARANAENSE DE AUDIO COMUNICAÇÃO INFANTIL — ANPACIN", com sede e foro na cidade de Maringá. **Aprovado. (Publicado no D.A. 115/83, de 17/10/83).**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 192/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. **Aprovado. Publicado no D.A. 118/83, de 20/10/83).**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Ordinária para quarta-feira, dia 02 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 93/83, 197/83, 198/83, 205/83 208/83, 210/83, 211/83, 213/83.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/84 e do Projeto de Lei nº 78/84.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 92/84.

Levanta-se a sessão.